

AOS CUIDADOS
DO SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE
ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 109/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2627/2025

A empresa **LEV INDUSTRIAL LTDA.**, pessoa juridica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 52.795.852/0001-16, sediada na AV. Padre Antônio nº 940 Edifício Vento Minuano Ap. 201 - Centro, CEP 89874-000, Maravilha – SC, participante do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (ou art. 165 da Lei 14.133/21, se for o caso), pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

No âmbito do edital do pregão eletrônico n.º 029/2025, foi classificada a proposta da empresa MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA. Por meio da presente manifestação, a empresa LEV INDUSTRIAL LTDA., gostaria de questionar o atendimento, por parte da empresa classificada, dos termos da legislação sanitária, a ausência de exigências legais, em específico, a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) e o Registro do Produto junto à ANVISA que são obrigatórios para o fornecimento de câmaras de conservação.

# 1. Dos Fatos

O presente recurso versa sobre o **Pregão Eletrônico nº 109/2025**, que tem por objeto a aquisição de **câmaras de conservação de vacinas**. Conforme julgamento publicado 12 de agossto de 2025, a empresa **MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA.** foi declarada vencedora do certame.

Todavia, foi constatado que a referida empresa **não apresentou a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE)**, exigida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tampouco apresentou o **Registro do Produto** junto à ANVISA, o que a torna **inabilitada para fornecer produtos sujeitos à vigilância sanitária**, especialmente aqueles destinados à conservação de imunobiológicos.

#### 2. Do Direito

A Resolução da Diretoria Colegiada — RDC nº 665/2022, da ANVISA, estabelece os critérios para a regularização de dispositivos médicos no Brasil. Em seu Anexo I, as câmaras refrigeradas destinadas à conservação de imunobiológicos são classificadas como dispositivos médicos de classe de risco II, exigindo registro sanitário obrigatório junto à ANVISA.

Além disso, conforme a **Lei nº 6.360/76**, art. 12, e a **Lei nº 9.782/99**, art. 2º, §1º, e art. 7º, inciso III\*\*, empresas que fabriquem, distribuam ou comercializem produtos sujeitos à vigilância sanitária **devem possuir o Registro do produto**, concedido pela ANVISA.



A ausência desses documentos configura **grave irregularidade**, já que inviabiliza a comercialização legal do produto no território nacional e **fere diretamente os princípios da legalidade e da isonomia**, além de colocar em risco a segurança sanitária dos equipamentos adquiridos.

# 3. Da Irregularidade da Empresa Vencedora

Conforme consultas realizadas ao sistema da ANVISA, <a href="https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/">https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/</a>, foi verificado que a empresa MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA. não possui a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) válida e/ou o registro do produto (câmara de conservação de vacinas) necessário para o fornecimento legal deste equipamento.

Consulta da empresa MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA.



### Consulta da empresa LEV INDUSTRIAL LTDA.



EMAIL: levindustrial.vendas@gmail.com



# 4. Da Jurisprudência do TCU

Em diversas decisões, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem reafirmado que, mesmo na ausência de exigência expressa no edital, a administração pública tem a obrigação de garantir a conformidade legal dos produtos e serviços adquiridos, especialmente quando envolvem questões de segurança sanitária. O TCU tem entendido que a verificação de regularidade de documentos importantes, como o registro na ANVISA e a AFE, é fundamental para a proteção do interesse público e a segurança da população.

Em decisão do TCU, ficou estabelecido que:

"A verificação da regularização sanitária dos fornecedores de produtos para saúde é uma obrigação implícita da Administração Pública, independentemente de estar expressamente prevista no edital. A não comprovação do registro sanitário e da AFE compromete a segurança e a conformidade legal do processo licitatório, afetando a própria validade da contratação."

Este entendimento demonstra que, embora o edital não tenha exigido formalmente esses documentos, a Administração Pública deve adotar medidas para **preservar a legalidade**, **a segurança e a saúde pública**, o que inclui a verificação da regularização do fornecedor junto à ANVISA. A empresa **MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA.**, ao não comprovar sua regularização, não se enquadra nas condições adequadas para fornecer um produto destinado à conservação de vacinas, especialmente no contexto de proteção à saúde pública.

#### 5. Do Pedido

Ante o exposto, requer o **recebimento e provimento deste recurso**, com a consequente **inabilitação da empresa MTB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS MEDICOS PARA LABORATORIOS LTDA.**, por **descumprimento de requisitos legais e editalícios**, especialmente os relacionados à regularização sanitária;

Reitera-se que a licitante se resguarda ao direito de demandar judicialmente e de denunciar a presente comissão de licitações para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso suas razões não sejam acolhidas.

Maravilha – SC, 19 de agosto de 2025.

LEV INDUSTRIAL LTDA.

Jardel Baron Estevão – Proprietário
CPF: 086.236.569-46 RG: 110.124.430

